

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO INCLUSIVO: UM OLHAR APROXIMADO NUMA ESCOLA DO CAMPO.

Lourdes do Nascimento Duarte, professora efetiva de Educação Básica II, disciplina Educação Física na Secretaria Estadual da Educação do Estado de São Paulo e discente do curso de Pedagogia- 8º Perfil, no *Campus* da UFSCAR-Sorocaba.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade relatar a experiência como professora de Educação Física, tendo como princípios a interação social, a diferença e o processo inclusivo em uma turma do 4º ano do ensino fundamental e uma criança com deficiência intelectual de uma escola pública estadual do campo, localizada no bairro Itinga, da cidade de Sorocaba, São Paulo. A partir dos princípios pedagógicos da cooperação, autonomia e diálogo na construção das relações sociais numa turma de crianças de nove anos, trouxemos para discussão o processo inclusivo assumido pela comunidade escolar e todos os setores da sociedade.

INTRODUÇÃO (contextualização, objetivos e relevância)

Sou professora ingressante na Escola Estadual Suzana Walter, localizada na zona rural da cidade de Sorocaba. Ministro aulas de Educação Física nas séries iniciais do segundo ao quinto ano, no total de quatro turmas. Esta escola é compartilhada entre Estado e Município, sendo duas turmas da Educação Infantil e duas do Ensino Fundamental administradas pelo município de Salto de Pirapora e as quatro turmas do segundo ao quinto ano estão sob responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A escola pertence a duas cidades, sendo estas, Sorocaba e Salto de Pirapora. O prédio pertence à cidade de Sorocaba e os professores e funcionários estão divididos entre servidores estaduais e municipais, funcionários da administração e limpeza, merenda e transporte a cargo da cidade de Salto de Pirapora que na educação estadual está vinculada à Diretoria de Ensino de Votorantim. Os professores estaduais que atuam na escola são efetivos e uma está prestes a encerrar sua carreira como educadora, ou seja, irá se aposentar. Neste ano letivo quatro novas professoras iniciaram suas atividades na instituição de ensino, duas pelo fato de suas escolas de origem extinguirem as salas de alfabetização e duas ingressantes, eu e a professora de Artes fomos

efetivadas no ano vigente, mas temos alguns anos de experiência no magistério por meio das contratações anteriores.

Decidi que a primeira aproximação seria física. Cheguei à escola com uma hora de antecedência e percorri os poucos comércios voltados para os ramos alimentícios, de mudas de plantas e refeições que ficam à beira da rodovia João Leme dos Santos, ponto forte do bairro por estar localizada em frente à UFSCAR-Sorocaba, uma vila de casas para universitários, algumas chácaras para aluguel de festas e casas de moradores locais. A escola, no seu aspecto físico, parece uma residência pertencente à zona rural. Ao seu redor existem muitas chácaras e uma plantação de eucaliptos. Internamente é composta por ginásio, quatro salas de aula, uma sala de professores, um banheiro para funcionários, um para as crianças, uma sala para secretaria e diretoria, uma cozinha e o pequeno pátio onde estão dispostos mesas e bancos para a hora do recreio. O ginásio foi construído em 2012 e está cercado com gramas, árvores e pinheiros. Há também um estacionamento para os professores e o caminho de acesso ao ginásio é concretado com o desenho de uma amarelinha no corredor que utilizamos para algumas atividades quando estamos impossibilitados de utilizar a quadra, seja pela limpeza frequente causada pelo excesso de pombas que vem ocorrendo no local. As crianças são moradoras de chácara e sítios localizadas à beira da Rodovia João Leme dos Santos. As mesmas vivem com os pais e avós de origem do meio rural. Uma parte deles são caseiros de chácaras, alguns são proprietários e nasceram nos arredores e por estarem próximos a familiares que os ajudam a cuidar dos filhos preferem morar zona rural, mas trabalham nas cidades de Sorocaba ou Salto de Pirapora. O acesso à escola é feito por ônibus escolar, a pé ou de carro. As crianças que utilizam o transporte escolar ficam nos pontos determinados em seus bairros ou na rodovia. Chegam muito bem cuidadas e limpas, as faltas são raras e frequentam a escola até o último dia que antecede o início das férias escolares. Notei que muitas se conhecem pela proximidade dos bairros, por frequentarem a mesma igreja, por residirem a algum tempo nestes locais e por estudarem desde Educação Infantil na mesma turma. A relação família e escola é muito próxima, pois os responsáveis são presentes nas reuniões de pais, eventos como Festa Junina e “Um dia da família na Escola” e os vejo conversando diretamente com a diretora e funcionários da administração. Neste ano tivemos um alambrado cortado pelos próprios moradores do bairro com a intenção de utilizarem a quadra, mas essa atitude poderia provocar acidentes e com isso, o avô de um aluno consertou ao final de semana. Logo pela manhã, alguns pais que levam os filhos à pé ou de carro, deixam pão caseiro ou bolos para os funcionários e professores da escola e é comum as

crianças levarem frutas de suas chácaras e ervas medicinais quando alguma professora pede. As crianças pensam a escola como um local de encontro, aprendizagem e para ter um bom futuro. Segundo elas, quem não vai à escola fica “burro”. O tempo escolar se divide em aulas com a professora alfabetizadora, Artes, Educação Física, biblioteca, merenda e transporte. As crianças maiores do quarto e quinto ano contam que tem um ponto de encontro no bairro para passarem a tarde brincando de subir em árvores, soltar pipas, brincar de pega-pega, nadar nos lagos, andar a cavalo, navegar na internet e jogar *videogame*, mas não é sempre assim, pois precisam auxiliar seus responsáveis nos serviços domésticos, no cuidado do irmão mais novo ou ajudar o pai com os cavalos e plantações.

Neste contexto de aconchego em que fui recebida, especialmente pela turma do 4º ano em que há a presença de uma criança com deficiência, observei que o processo inclusivo nas aulas de Educação Física, a busca por estratégias para diálogos e discussão com toda a turma seria minha preocupação constante, pois esta era muito rejeitada pela turma. As aulas de Educação Física têm como princípios a cooperação, o respeito, a interação social, o diálogo e a autonomia e todos estes são construídos criando significados para mim e para toda turma, pois ela é uma criança como todas as outras colegas da classe, ser em potencial para aprender, conviver e transformar. Nesse contexto, o relato de experiência tem como objetivo colaborar teoricamente para o debate sobre a construção de relações sociais, diversidade e diferença presentes nas aulas de Educação Física em uma escola do campo composta por suas particularidades, modos de ser e agir dos sujeitos que vivem a realidade concreta do meio rural.

Ao dialogar com a educadora desta turma, em um primeiro momento disse-me que os alunos eram muito falantes, agitados e o processo inclusivo, em seu ponto de vista, seria o de agir de modo natural trabalhando as mesmas atividades com todos. Segundo sua própria afirmação, a professora considerava-se no céu, pois já havia passado por turmas piores.

METODOLOGIA DO TRABALHO

Na aula, as dinâmicas de divisão dos grupos, a participação e escolha dos colegas para os jogos e brincadeiras são realizadas de modo que todos possam selecionar um amigo e isto está sendo um aprendizado, pois muitos deles nem o nome dos colegas dizem por terem vergonha. Sempre digo que isto não é escolha para casar e sim para brincar. Logo, retomamos a roda para acalmar, sentar-se ao lado, fazer alongamento em dupla, discutir o porquê de tanto estranhamento e distanciamento corporal dos amigos. Muitas vezes não podemos sair para a

quadra porque sempre um ou dois se machucam, caem ou resolvem as diferenças que são silenciadas na sala de aula. A intervenção pedagógica nesses momentos da aula é diretiva e voltada para atividades que exerçam sentimentos de auto-observação, sendo estas individualizadas, de escuta interior e o máximo o contato em duplas. A turma parece não enxergar a colega na aula, que de certo modo não está, pois quase ninguém se dispõe em sentar ao seu lado na roda, escolhê-la para jogar e brincar. Toda vez que chego à sala, ela está muito quieta e debruçada sobre os braços. Na verdade ela falta sempre às segundas-feiras e quando está presente passa despercebida, inclusive pela professora da sala. A aula de Educação Física exige organização e disciplina e os conteúdos para esta série são principalmente compostos por jogos populares, jogos cooperativos, jogos de oposição, jogos pré-desportivos, brincadeiras, ginásticas e alongamentos lúdicos, conhecimentos sobre o corpo e estafetas com ou sem material. Duas vezes ao mês temos as aulas livres para que as crianças possam exercitar a autonomia e com isso, sentamos em roda e discutimos o que cada um entende por liberdade e autonomia. Chegamos a um consenso que liberdade é poder fazer o que quiser juntos e assim a nossa vontade tem de estar de acordo com a do outro e a autonomia é poder escolher quando posso exercer essa liberdade sem brigar com o amigo. A partir desse momento elas solicitam o material, montam os espaços e tempos que acontecerão as atividades que mais gostam. Observo as interações sociais e os resultados do brincar e jogar juntos como forma de avaliação bimestral se transforma em nota no diário e é nesse momento que avalio todo o processo.

Ao longo dos dois bimestres deste ano letivo, propus na roda de conversa que nossas aulas fossem em forma de circuito, ou seja, o espaço dividido como as aulas livres e fixado os jogos e brincadeiras pelo o material disponível. As estações poderiam ser utilizadas até que enjoassem do jogo ou brincadeira e teriam a liberdade para jogar com diferentes amigos a hora que quisessem. Utilizamos o arredor do ginásio por ter gramado, sendo este um bom espaço para inventar outros jogos ou brincadeiras. As ideias foram fantásticas, as cordas de pular seriam as balanças nas árvores que também poderiam ser escaladas, as corridas foram regadas a muitos gritos ao redor do ginásio. Contudo, para segurança e utilização do espaço comum da escola, discutimos sobre nossa responsabilidade em não atrapalhar as outras salas que estavam em aula e, como são extremamente eufóricos e se machucam com facilidade ao cair, tropeçar ou trombar, sentamos na roda de conversa e abrimos um espaço para o diálogo sobre nossos direitos e os dos outros. Alguns acordos foram realizados na roda de conversa e o gramado ficou sendo espaço para jogar o *badminton*, esporte que jogamos

rudimentarmente nestes bimestres, mais conhecido como jogo de peteca. Acredito que esporte deve ser aprendido de forma lúdica e global, sem cobranças e muitas regras, afinal eles têm apenas nove anos e também outros jogos podem ser inventados por eles, como observar formigas, aranhas e teias e a nossa aluna mais que especial, a vizinha arara azul é o ibope quando grita da sua casa.

Nos dias de chuva, utilizamos uma caixa com jogos de rimas elaborados pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) em sala, pois o trajeto até o ginásio é descoberto. Descobrimos e inventamos formas de brincar com os dez jogos contidos na caixa que são pedagógicos e fundamentam-se na oralidade para alfabetizar por meio do qual as crianças constroem rimas e palavras, ora de modo sintético, ora de modo analítico. No trabalho participativo com a professora alfabetizadora realizado em Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), concordamos em explorar ao máximo esses jogos por ter a dimensão do lúdico fundamentando a aprendizagem das crianças.

O caderno para o registro dos jogos mais complexos nas aulas de Educação Física, demonstrou que algumas crianças não estão alfabetizadas e que a aluna com DI, mesmo apresentando atraso na fala, na escrita e na coordenação motora não é a única. Esta caixa me rendeu muito trabalho e aproximação das crianças, pois os jogos não possuíam o “como jogar” e com isso fomos descobrindo juntos e criando algumas regras para nos divertir.

A caixa também começou fazer parte da aula de Circuito a pedido das próprias crianças. Aproximei-me ainda mais dos alunos para entender esse distanciamento no processo inclusivo da aluna com DI. Percebi que eles estão focados em tentar interagir entre meninos com meninos e vice-versa, cada um com seu igual, observando a grande dificuldade em estarem mais próximos por conta das relações de poder e de gênero que se instauram na sala de aula por meio da convivência entre professor e alunos, alunos e professora, no ônibus e no recreio.

Desde o primeiro dia de aula, fazemos nosso combinado no momento da roda de conversa. Sempre um menino senta ao lado de uma menina e para chegarmos a uma roda assim, espero conseguir no terceiro ou quarto bimestre, pois toda vez tenho que colocar alguém sentado ao redor da aluna com DI e convidar uma menina com um menino. Os adjetivos mais comuns que ouço são: feios, burros, credo, eu não etc. Como temos que dialogar muitas vezes durante a aula, combinamos que devemos nos aproximar desta forma porque meninos e meninas são crianças e amigos, no momento do alongamento, aquecimento

e para saber o que acontecerá em nossa aula e retomarmos a aula anterior. Os conflitos e a necessidade de conversar no decorrer da aula, a composição da roda fica livre para sentarem com quem bem entenderem. Esta turma é realmente muito especial, pois tenho que ser, muitas vezes, diretiva, dura, firme e ao mesmo tempo os alunos me retribuem com muito carinho, o que me deixa paralisada com o retorno da afetividade deles. A inserção da aluna com DI está sendo um processo em construção. Procuro pisar com muito cuidado e cautela no terreno das redes de relações sociais presentes entre eles. O olhar inclusivo deve ser de dentro para fora, nada forçado e imposto, direcionado sim. Insisto com eles que todos temos limitações, uns mais e outros menos, depende de onde queremos chegar, digo a eles que em uma partida de futebol, os jogadores não são todos atacantes, pois temos a necessidade do goleiro, do defensor, do meio de campo, e isso também acontece nas nossas vidas, cada um tem uma coisa que faz melhor, precisamos descobrir e não é fácil e sozinho fica mais difícil.

REFERENCIAL TEORICO

O processo inclusivo tem como objetivo principal transpor as barreiras existentes às pessoas com deficiência para que elas possam participar de fato na construção da sociedade, como um agente e não como um personagem que vive alheio a realidade. As pessoas com ou sem deficiência tem sua construção histórica na do sujeito coletivo presentes nas três dimensões do homem, sendo estas a natural, social e cultural-simbólica, num movimento dialético. Precisamos interagir com o outro para construir relações sociais e assim com o mundo do trabalho, da educação, do lazer, da cultura e outros, sendo a escola o espaço privilegiado para que o processo inclusivo aconteça de fato e assim modificar as construções culturais de preconceito nas diferenças.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) afirma que:

“As escolas deveriam acomodar todas as crianças que independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Elas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e outras crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados”. (p.3)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2007), apresenta uma série de objetivos que demarcam a pessoa com deficiência ,

como homem que convive, transforma e interage. A concepção de homem que apresento aqui é baseada em Severino (1994, p.46), “do ponto de vista histórico-antropológico, o homem é um ser de relações: ele se relaciona com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo”, um sujeito que interfere no mundo das coisas para assim transformá-lo e sobreviver. A educação é processo essencial para o indivíduo, tanto na educação formal e não-formal.

A discussão importante de Kassar (2011), a Educação Especial se insere no contexto de políticas públicas para a educação inclusiva como direito garantido pela Constituição Federal de 1988. A Educação Especial já foi vista como área que cuidava de pessoas fora do padrão de normalidade aceito pela sociedade e as garantias de acesso à escolarização dessas pessoas eram restritas. No Estado de São Paulo, historicamente a Educação Especializada era para atender todas as pessoas que possuíam qualquer deficiência ou mesmo doenças sociais e marginalizadas socialmente, ou seja, todos faziam parte de um mesmo grupo. No período da história em que o Brasil era Colônia e Império, os trabalhadores e aqueles que viviam na zona rural, também não tinham acesso à alfabetização e instrução, foram estereotipados e viviam à margem da sociedade que se pautava em um modelo urbano enfatizando, deste modo, a crescente onda de industrialização. A vida urbana está vinculada no desenvolvimento seja na indústria, comércio e consumo desta forma sendo vista como paradigma de vida boa a ser vivida. O desafio apresentado é se o homem do campo é visto com inferioridade, o indivíduo com necessidade especial na escola do campo é invisibilizado. Na LDB de 1961 existe o reconhecimento da educação dessa população, mas também não garante o apoio financeiro a essas instituições especializadas. Dez anos depois, a escolarização brasileira para crianças de oito anos passou a ser obrigatória. A partir daí, deu-se início à formação da Educação Especial como política de Estado, porém as instituições particulares estiveram presentes muito antes, como único meio de inserção dessas crianças no mundo da educação e muitas vezes essa educação se direcionava para o mundo do trabalho. Em 1988, a educação passa a ser um direito social e a política educacional passa a ser uma política pública universal, fazendo com que ocorram mudanças no sistema de ensino. A partir desse ano, também ocorre a propagação de uma proposta para Educação Escolar Inclusiva de acordo com documentos apresentados pelo Governo Federal. Refere-se a um sistema educacional formado de escolas que comportem toda e qualquer criança e que o atendimento educacional especializado seja apenas complementar ou suplementar à escolaridade comum.

Partindo do princípio que o processo inclusivo é responsabilidade de todos da escola, e na escola é o local privilegiado do processo ensino-aprendizagem, enquanto professora de

Educação Física tenho no plano anual objetivos a atingir, orientado pelos PCNs de Educação Física, pelo diagnóstico do contexto social dos alunos, pelo planejamento bimestral e pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Nele, como diretriz pensamos o trabalho participativo com a professora alfabetizadora, o trabalho interdisciplinar pensado no sucesso de aprendizagem da leitura/ escrita das crianças, ocorrendo de maneira indireta cada um com suas especificidades, destacando que os objetivos da Educação Física auxiliam alcançar a leitura e a escrita. Afirmam Gomes e Duarte,

“No início da escolaridade, as possibilidades de orientação tão importantes são a evolução do esquema corporal, o qual se trabalha na educação física. Muitas das dificuldades apresentadas pelos alunos no início do processo de alfabetização podem ser traduzidas na confusão de letras simétricas, pela inversão do sentido da direita para esquerda, por exemplo, p,b,q, por inversão ao sentido de baixo d, p, n, u e pela inversão das letras oar, ora, aro. Esses conceitos são trabalhados na Educação Física”. (2011).

Outra discussão que nos alerta Tanure (2009), afirma que em uma revisão de trabalhos publicados em 1995 a 2005 encontrou apenas 38 que discutissem a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, que variam entre ganhos de interação social com os sujeitos com deficiência intelectual nos valores cooperação, respeito e amizade. Outros, nenhum ou pouco avanço por motivos de aprendizagem de conteúdo, relações de troca, relações sociais, falta de participação efetiva nas aulas de Educação Física, e em muitos casos a inserção é feita apenas fisicamente no ambiente sem estabelecer vínculos de interação social. Destaca a participação como fator essencial para o processo inclusivo e as experiências positivas nas aulas de educação física ocorrendo quando há um senso de pertencimento ao grupo, as aulas dirigidas com suas regras, escolhas, espaços e tempos pouco contribuem para ocorrer o sentimento de aceitação das diferenças e assim o processo inclusivo. Tanure (2009), destaca ainda que: “as interações observadas ocorreram em maior parte durante o período de tempo livre de aula, onde as atividades e associações entre colegas eram livremente escolhidas”. Analisando a interação social e a criação de redes, a pessoa com deficiência, o negro, a mulher, o homossexual, o pobre, ou seja, o diferente traduz uma fragilidade desta sociedade, pois tudo que é diferente e anormal chama atenção e pode causar variadas atitudes e reações. Segundo Omote (2006), as diferenças são parte do humano, que filogeneticamente necessita se diferenciar ao longo de sua evolução. Para o autor, o deficiente mental é uma pessoa que possui algumas limitações em suas capacidades e desempenhos. Porém, há outras pessoas em nossa sociedade que também são limitadas e não são consideradas deficientes. A

diferença faz parte da ideia de deficiência e traz em si a possibilidade de preconceito, uma vez que esse se caracteriza pela uma aversão do diferente. Contudo, essa diferença poderia não traduzir em forma de preconceito, se as pessoas admitissem que a diferença fizesse parte da essência humana.

Contudo, afirma o autor:

“Deve-se considerar que nem todas as diferenças são variações da normalidade; nem todas as diferenças tem sentido de vantagem para pessoa portadora ou para outras. Muitas das diferenças incapacitantes resultam de condições sociais altamente desvantajosas, decorrentes da enorme desigualdade social. Outras diferenças incapacitantes resultam de condições condicionais, como anomalias genéticas, outras patologias congênitas e adquiridas, traumatismos e enfermidades. Independentemente da natureza e do grau de comprometimento, todas essas pessoas devem ser tratadas com dignidade e tem o direito de receber serviços de qualidade para atender as suas necessidades especiais” (2006).

O autor nos alerta que o discurso do tratamento igualitário e de equidade pode ser uma abordagem de inclusão presente no paradigma da integração e reflete uma atitude a ser repensada e refletida que existem outras formas e setores da sociedade que devem estar compromissados com os objetivos do processo de inclusão desta criança para aprender, já que ao observar o caderno da criança, seu desenvolvimento motor e as relações sociais que estabelece precisam ter avanço numa perspectiva de processo inclusivo. O entendimento sobre diferença deve ser cuidadosamente pensado para a intervenção ser intencional, constituir-se em um trabalho multidisciplinar e utilizar todos os instrumentos disponíveis e necessários para que a criança aprenda, pois é esse o objetivo do processo educativo.

CONCLUSÃO

Relatar experiência vivida significa voltar o olhar reflexivo para o que foi feito. Reviver tudo novamente com distanciamento físico só é possível depois do tempo que se exigiu para que acontecessem e isso faz parte da práxis educativa. Atribuir sentido a aproximação de pessoas com ou sem deficiência, procurar meios para que elas vivenciem o sentido das interações sociais com o processo de ensino aprendizagem, com os colegas, a escola e com o mundo que a cercam, e a mim enquanto pessoa e professora que conhecendo

as leis e políticas da educação na realidade brasileira, neste caso numa escola do campo, acredite que o caminho possível se configura na esfera da luta para que se efetive o processo inclusivo e que o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiências façam parte da proposta pedagógica da escola. Os documentos afirmam “as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem”. Essa relação está profundamente ligada ao processo pedagógico que deve ser intencional e voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção de aprendizagem de todos os alunos. Sendo assim, os diversos setores da sociedade devem se comprometer na construção e implementação de políticas públicas para essas pessoas com deficiência e garantir educação de qualidade, onde se efetive o processo de aprendizagem, de fato, e a construção de uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

DUARTE, Edison e GOMES, N. M. O trabalho participativo entre o Professor de Educação Física e o Professor Alfabetizador no processo de leitura e escrita de alunos portadores de deficiência mental. Revista Digital – Bueno Aires – año 10 – N 74 – Julio de 2004. Acesso em 23 de julho de 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, n. spe 1, ago. 2011.

OMOTE, S. Inclusão e a questão das diferenças na educação. Perspectiva. Florianópolis. Vol. 24. n Especial, pp. 251-272, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Filosofia da Educação: Construindo a cidadania. In:_____. A educação mediando a pratica dos homens. Cap.3 p.46-47. São Paulo: FTD, 1994. (Aprender a Ensinar).

SILVA, Astrogildo, F. Jr e NETTO, Mário B. Por uma Educação do Campo; percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando. Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno Temático; Cultura e Educação do Campo. N.3, p.45-60, Ano 11 (Nov/2011).

TANURE, Maria Luiza Alves. Aulas de Educação Física: Uma Análise do Processo Inclusivo. 2009. 43f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.